

O monumento aos bandeirantes em Goiânia e o mito fundador da nova capital

The Monument to Bandeirantes in Goiânia and the founding myth of the new capital

Enviado em: 25/02/2019

Aceito em: 14/07/2019

Jordanna Fonseca Silva¹

Resumo:

Este artigo contém uma análise documental dos momentos que antecederam a chegada do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, a construção da nova capital, bem como do momento de sua chegada, em 1942. Essa análise compreende a descrição dos grupos envolvidos nas campanhas pró-monumento em cidades paulistas e goianas. Isso foi observado a partir do acervo documental Coleção Band - Monumento aos Bandeirantes mantido pelo CIDARQ-UFG e do relatório urbanístico do planejador da nova capital. A fim de fundamentar a discussão dos dados, revisitamos o conceito de documento e sua polivocalidade. Nos resultados, constatamos a exaltação da figura dos bandeirantes por atores ligados a instituições culturais, acadêmicas, intelectuais e/ou políticas, de modo a justificar a criação do Monumento aos Bandeirantes.

Palavras-chave: Monumento aos Bandeirantes; Patrimônio Cultural; Memória coletiva: Goiânia.

Abstract:

This article contains a documentary analysis of the moments leading up to the arrival of the Monument to Bandeirantes in Goiânia, the construction of the new capital, as well as the time of its arrival in 1942. This analysis comprises the description of the groups involved in pro-monument campaigns in cities in São Paulo and Goiás. This was observed from the documentary collection

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora no Centro de Estudos Urbanos – CEURB/UFMG. Cientista social pela UFG. Agência de financiamento: CNPq.

Collection Band - Monument to bandeirantes maintained by CIDARQ-UFG and the urban report of the planner of the new capital. In order to base the discussion of the data, we revisit the concept of document and its polyvocality. In the results, we observed the exaltation of the figure of bandeirantes by actors linked to cultural, academic, intellectual and/or political institutions, in order to justify the creation of the Monument to bandeirantes.

Keywords: Monument to Bandeirantes; Cultural heritage; Collective memory; Goiânia.

- Então você fala como gente? Nunca vi homem de ferro conversar. (...)

A estátua respondeu:

- Escute bem, primeiro não sou de ferro: sou de bronze. (...) você e todo mundo devia saber que eu falo. Não estou aqui à toa, não sou enfeite da cidade. Estou aqui é para falar, para contar história. E você gosta de história?

Histórias que o homem de bronze contou. Regina Lacerda. 1985.

Introdução

Quando a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva chegou a Goiás, encontrou um território ocupado por povos indígenas da região². Como visualizou nas mulheres nativas ricos ornamentos, o bandeirante interpelou àqueles *selvagens* onde encontraram ouro. A lenda não conta como se deu essa comunicação, diz apenas que os indígenas se recusaram a fornecer a informação e permitir a entrada em suas terras. O homem-branco, então, com uma vasilha de aguardente (transparente como água), ameaça queimar os rios com seu poder mágico o suficiente para pôr fogo em água. Assim foi que recebeu o nome de *Anhanguera*. De origem tupi, *anhanga*, “ser maligno”, e *uera*, “o velho, o que já foi”: diabo velho.

O filho desse Anhanguera, de igual nome, Bartolomeu, foi responsável por erguer o *Arraial de Sant’Anna*, em 1722, que poucos anos depois se tornaria o pequeno aglomerado administrativo *Vila Boas de Goyaz*, capital do estado até o final do século XIX, quando as ideias de uma nova capital começam a surgir. Os custos dessa fundação ultrapassam limites econômicos. As bandeiras partiam do litoral, paulista em especial, com objetivos definidos de exploração mineral, escravização e extermínio de grupos indígenas, destruição de quilombos, entre outras *gloriosas* conquistas.

2 “Goyazes”, outras tribos indígenas de Goiás: Karajás, Avás-canoeiros, Tapuyas, Javaés, xavantes, caiapós.

A nova capital do Estado de Goiás surge no começo do séc. XX, durante a eufórica “Revolução de 30” comandada por Getúlio Vargas, com o objetivo de ser o novo centro administrativo do governo estadual, sendo projetada, por Attilio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy, para 50 mil habitantes. O interventor estadual Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Vargas para dirigir o estado goiano, emite o Decreto-lei 3.359, em 18 de maio de 1933, que estabelece as bases para edificação da moderna capital no coração do Brasil.

Nos nomes das avenidas, ruas, praças, monumentos, se inscrevem fragmentos da história local, geralmente representada em figuras políticas consideradas importantes, como é o caso da estátua localizada no cruzamento de duas grandes avenidas: Anhanguera e Goiás, na praça dos Bandeirantes. Em virtude da centralidade de localização do monumento, fixado entre as duas principais avenidas centrais da cidade, com alto índice de circulação de pessoas e mercadorias, grande fluxo comercial e, portanto, alta visibilidade, dificilmente um/a habitante da cidade, que more em regiões centrais, periféricas ou metropolitanas, desconheça sua existência. Aqueles/as que utilizam as avenidas Anhanguera e Goiás para trafegar pela cidade, sem dúvida já o perceberam no centro (histórico?) da cidade. Apesar de sua presença no coração da cidade, poucas/os goianas/os sabem da história da chegada e permanência do monumento na capital.

Foi no contexto de inauguração da cidade que Goiânia recebeu esta doação do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com a imagem de um bandeirante, possivelmente o *Anhanguera*, o “diabo velho”, moldada em bronze. A estátua foi inaugurada no ano do Batismo Cultural, 1942, alguns meses após as festividades e celebrações do evento. Responder o que de fato, esse *presente* significa se mostra uma questão importante, pois, o período mencionado (anos 1930 e 1940) coincide com as alavancadas paulistas de exaltação de sua identidade regional, seu poder simbólico diante da história nacional, voltando-se aos bandeirantes como imagem heroica, digna de orgulho e rememoração. O *presente*, na verdade, resulta de um acordo entre os estados, com subvenções dos governos goiano e paulista.

A estátua feita em bronze mede cerca de 3,5m de altura, veste Bartolomeu com botas altas, chapéu largo, calça, gibão e cinto. As vestimentas assemelham-se muito com as fardas usadas pelo exército. O olhar altivo, como mirando ao horizonte, provoca nele uma investidura de liderança, de chefia, mais do que um simples aventureiro. As armas são destaques:

bacamarte, segurado na mão direita com firmeza, e espada, pendurada entre os ombros e a cintura. Por fim, a bateia para o garimpo, na mão esquerda. No momento de sua fixação, outros detalhes foram considerados: localização e posicionamento. Os olhos da escultura e todo o seu corpo miram o Oeste, como uma referência à Marcha para o Oeste, patrocinada pela Fundação Brasil Central, nos anos 1930, sob o governo desenvolvimentista e nacionalista de Getúlio Vargas.

Todo esse conjunto histórico e estético foi concebido por Armando Zago, escultor italiano de carreira artística paulista, com destaque na arte funerária, conhecido como o “artista da dor”, com algumas obras expostas no Cemitério da Consolação, em São Paulo. Porém, este “operário da memória” (UHLE, 2015), obviamente, não criou livremente uma imagem e representação do bandeirante. Tampouco decidiu seu lugar de fixação, buscou financiamentos ou festejou a homenagem. É preciso, portanto, rastrear essa rede de agentes que faz acontecer o marco histórico, que inaugura a referência espacial no centro da cidade, o marco, o ponto focal na paisagem urbana (CULLEN, 2006). Mas antes, um passo atrás deve ser dado para compreendermos como foi fundada a capital do estado, para assim compreendermos os interesses e personagens envolvidos neste processo de construção do monumento.

Goiânia, a nova capital moderna e planejada

Goiânia surge como uma cidade de fronteira, marco de alterações no Estado de Goiás e no Centro-Oeste, desde a sua fundação. Nesse sentido, “a experiência histórica que se liga à construção de Goiânia é a abertura, conquista e ocupação de novos territórios” (Silva apud BARREIRA, 2006, p. 76). Para Moysés (2004, p. 1), “Goiânia foi viabilizada no momento em que o país desempenhava um grande esforço de interiorização de um processo de ocupação econômica em moldes mais modernos”, uma vez que as ideias e esforços de interiorização não eram recentes e remontavam ao período colonial (UNES, 1998).

É neste contexto que:

Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que a construção e, principalmente, a transferência da capital dependeu basicamente do regime instaurado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o regime que se instaurava, o inverso era também verdadeiro: Goiânia era a representação maior do nacionalismo, do bandeirantismo, da sagacidade do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estadonovismo (CHAUL, 2009, p. 108).

Era preciso expandir as relações comerciais do Estado de Goiás, principalmente, com a região do Centro-Sul, onde se localizavam os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, estado que até então continha a capital federal. Isto é, objetivava-se não somente a expansão das fronteiras internas, mas a interligação aos centros já consolidados, o que atesta seu caráter de ser um projeto das elites, não se tratando de uma fronteira dos pobres. Outros dois fatos contribuem para essa relação comercial com o Centro-Sul: a origem de penetração do território goiano e o fato de a província de Goiás ter pertencido à de São Paulo até o fim do séc. XVIII. Buscava-se, então, a integração econômica do Estado com a parte mais desenvolvida do país: o litoral Centro-Sul. Essa integração só seria possível com a transferência da capital, pois frágil era a comunicação da antiga Vila Boa de Goyaz, com os demais territórios nacionais.

As justificativas para essa mudança giravam em torno de razões econômicas, como a decadência do ciclo do ouro, bem como razões climáticas e geográficas, como a impossibilidade de crescimento demográfico do lugar, a frágil comunicação com outras localidades, e razões políticas, como o fim do provincianismo de Vila Boa. Além disso, de acordo com o engenheiro Armando Augusto de Godoy, em seu “Relatório Sobre a Conveniência da Mudança da Capital”, a atual Cidade de Goiás não possuía condições de abrigar o novo centro moderno que buscavam construir:

A velha capital se acha localizada pessimamente, sendo uma prova disso as suas lamentáveis condições urbanas, não podendo desempenhar as múltiplas funções que cabem a uma capital... Não é possível solucionar economicamente o problema de sua remodelação, tais as dificuldades que apresentam o traçado atual, a superfície dos terrenos e o seu subsolo. Sob o ponto de vista arquitetônico e do saneamento, os obstáculos são inúmeros. Melhor será conservá-la como se acha, e respeitá-la na sua formação colonial, repetindo-se em relação a ela o que Minas fez com Ouro Preto. [...] Ela evoluiu como, em geral, as vilas que surgem em terreno acidentado, na maior desordem, contrariando sobremodo as tendências modernas. (GODOY, 1943, p. 36)

Em vistas ao progresso e desenvolvimento do Estado interiorano; à modernidade e civilização que havia no litoral paulista e carioca, Goiás engendra-se a almejar seu lugar neste universo. Assim foi que a Marcha para o Oeste, política do governo federal de Vargas, de deliberada ocupação das fronteiras e “vazios”, entre os anos 1930 e 1945, se efetivou.

O desenvolvimento do Estado era um indício de seu crescimento e, portanto, um sinal positivo para a interiorização populacional e expansão das fronteiras internas nacionais. Como

se o Brasil precisasse avançar para dentro de si mesmo, a Marcha para o Oeste aconteceu de modo a ocupar esses “vazios” territoriais e lugares de fronteira, integrando o resto do país aos polos mais desenvolvidos e modernos, litorâneos. Em entrevista para o jornal paulista “A Acção”, Antônio Cunha Bueno reitera, em 1938, que:

*Goyaz é detentor de uma phantastica jazida de nickel e bem sabemos que para o futuro esse minerio terá influencia decisiva, vital, para o desenvolvimento de nosso Brasil. Para o futuro, a exploração de minerios que ja começa a despertar a atenção do Governo Estadual, poderá tornar-se uma fonte de riqueza muito valiosa, principalmente levando-se em conta o plano de rodovias que vem sendo realizado paulatinamente pelas autoridades.*³

Trata-se, a partir do discurso de Antonio Silvio Cunha Bueno, de um projeto de interiorização associado ao minério, à construção de estradas e de um espaço administrativo de centro, para garantir o escoamento dessas riquezas e a presença dessas elites paulistanas no processo, baseando-se em sistemas mentais como o nacionalismo e a modernidade.

A administração de Pedro Ludovico foi marcada pela vontade de mudança e pela construção da nova capital. A manchete acima elencada conecta-se com o seguinte trecho do livro “Goiânia Documentada” de Oscar Sabino Junior, historiador goiano:

Goiás aparecia ao consenso geral da nação como uma ficção geográfica, sem perspectivas animadoras de crescimento (...) enquanto a capital do Estado permaneceu na histórica cidade de Goiás, que, pela própria posição que ocupava, não poderia possibilitar, como possibilitou Goiânia, a formação de um núcleo urbano em condições de polarizar os diversos setores de atividade de uma enorme extensão territorial. (SABINO JUNIOR, 1960, p. 14)

As ideias para a construção da nova capital tangenciam, portanto, problemas de ordem econômica, de expansão mineral; de ordem demográfica e geográfica, de interligação com os centros nacionais já consolidados e aumento populacional; de ordem política, de controle da produção e da administração pública. Pedro Ludovico transforma Goiânia numa representação de sucesso das políticas do Estado Novo, acompanhado de outros bandeirantes do século XX, que buscavam *colonizar* as terras do interior brasileiro até a Amazônia. Nesse contexto, Goiânia surge como a primeira capital *moderna* no sertão e o “Monumento aos Bandeirantes” foi significativo na materialização dessas narrativas no espaço urbano, consolidando espaços de memória.

³ Coleção BAND, Série 3 – VEUP, Subsérie 1 – “Viagem a Goiás”, Dossiê 5 – “Riquezas minerais em Goiás”, Item 4, grifos nossos.

Figura 1 - Cartaz incentivando a população brasileira a se mudar para Goiânia, a nova capital. Fonte: Google Imagens (2020)



Goiânia deteve, então, uma função civilizadora na história de Goiás, de integração do Centro-Oeste brasileiro com o resto do desenvolvimento do país, com um papel regional de destaque (SABINO JUNIOR, 1960). “Goiânia, é, a um só tempo, testemunho e símbolo. *Símbolo da política de integração do Brasil (...)*, ocupando a vastidão do seu território e criando nêle a civilização magnífica que a história espera” (SABINO JUNIOR, 1960, p. 18, grifo nosso). Nesse sentido, Goiânia agiria com uma função civilizadora sobre o território goiano e a expansão da cidade renderia comunicação com as regiões do estado e com o resto do país, através da expansão da malha ferroviária e rodoviária (MANSO, 2001).

Nesse contexto,

"este símbolo maior da Marcha para Oeste, possibilitou o avanço capitalista para o interior do país, consolidando os planos político-econômicos de Vargas e Pedro Ludovico, legando-nos uma herança de agrário e urbano que permeia todo o processo sócio-cultural da capital e fundamentou a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade, capazes de construir, juntamente com a nova capital, a representação de sua face mais dinâmica, de sua existência mais justificada: a *modernidade*, tão discutida nos embates acadêmicos, mas que só viria de fato nos ventos do Cerrado por sobre a capital federal, Brasília (CHAUL, 2009, p. 101, grifos nossos)."

A construção de Goiânia e, portanto, a mudança da capital, buscavam a inserção do estado de Goiás no modelo de desenvolvimento do tipo capitalista, em direção à modernidade burguesa, ao tão aclamado progresso, mas sobretudo num enclave de mineração. “A mudança da capital passava ao seu significado mais global: um símbolo de ascensão ao poder, uma representação do progresso, do moderno, um divisor de águas entre o velho e o novo Goiás” (CHAUL, 2009, p.103). A escolha do local para a construção de Goiânia levou em conta alguns critérios, entre eles: estar próximo a estrada de ferro, possuir água abundante, ter um bom clima e uma topografia adequada. Critérios estes que eram justamente uma oposição ao que faltava à antiga capital.

Manso (2001), em seu livro “Goiânia, uma concepção urbana, moderna e contemporânea: Um certo olhar”, traça todo o percurso de construção da nova capital. A autora apresenta as influências e diálogos que tiveram Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy, os principais urbanistas da nova capital, com as vertentes europeias e norte-americanas, em especial com o Movimento Moderno e o City Beautiful.

Para Armando Godoy, a cidade moderna deveria ser o centro irradiador do desenvolvimento econômico, social e cultural, na ideia civilizadora de integrar à modernidade os que estão de fora:

Ela possuiria uma função pedagógica porque “educa as massas populares, compõe-lhes e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e desperta energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sob a sua influência civilizadora” (ARRAIS, 2010, p. 186).

Esse plano moderno de Atílio Corrêa Lima, Armando Augusto de Godoy, executado por Coimbra Bueno, discípulos no Brasil de Alfred Agache, tinha como objetivo fundar Goiânia sob o prisma da vida moderna, criando um agrupamento urbano planejado e realizado de acordo com as aspirações do capitalismo industrial e da modernidade europeia e norte-americana. A principal ilustração do modernismo em Goiânia está em seus edifícios *Art Déco*, até hoje cantados com louvor e orgulho.

No centro cívico de Goiânia é onde este caráter monumental mais se fez presente. “Na sua concepção urbanística, o centro cívico deveria apresentar um caráter monumental, cercado pelos edifícios públicos que formaria um só conjunto arquitetônico” (MANSO, 2001, p. 126). Para Manso (2001, p. 128), “Atílio apresentou um desenho urbano de concepção clássica, adotando critérios modernos para atingir um caráter artístico e monumental”. Esse caráter

artístico e monumental era forte nas tendências do City Beautiful. A construção do centro cívico é importante de ser analisada, pois, é onde se localizaria, de acordo com os documentos, o Monumento aos Bandeirantes.

A coleção documental Monumento aos Bandeirantes

Menos de uma década após o início da construção de Goiânia, entre 1938 e 1942, a “Embaixada Universitária Paulista”, composta por estudantes da Universidade de São Paulo, dão início, nos territórios goiano e paulista, à Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes. Esta campanha contou com o apoio de rádio emissoras e da imprensa jornalística, na capital de São Paulo e em outras cidades do interior, à época, como Campinas e Santos. Também foi divulgada, em menor número, pela imprensa goiana, sendo propagada pelas cidades de Goiânia, Rio Verde, Anápolis, Pirenópolis, Catalão e outras cidades do interior de Goiás. Algumas cidades mineiras e a capital federal carioca também participaram na divulgação da Campanha. Conferências, palestras, bailes, discursos públicos proferidos através dos veículos de comunicação e outros eventos invadiram os territórios paulista e goiano, com o objetivo de difundir a relevância do monumento e encontrar auxílio financeiro e apoio ideológico. A Campanha recebeu apoio de grandes instituições culturais, intelectuais e acadêmicas, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santos, de Campinas, de São Paulo; a Academia Paulista de Letras, a Universidade de São Paulo, o Museu Paulista, entre outros. Também recebeu apoio e financiamento dos governos paulista e goiano, por meio de seus interventores federais, e encontrou em alguns municípios de ambos os estados esta mesma recepção, com a criação de Comissões Pró-Monumento em cada cidade participante.

O acervo é composto por mais de 500 documentos, sendo telegramas, decretos-lei e recortes de jornais com fotografias e notícias, em sua maioria. Desde 2009, se encontra no Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da UFG para tratamento arquivístico e preservação. Data nos documentos que a ideia de construir o monumento surgiu de Antônio Sylvio Cunha Bueno, acadêmico da Faculdade de Direito da USP, numa visita realizada em 1938 pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, a convite do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Compôs ainda essa comissão o político e advogado brasileiro Ulysses Guimarães (1916-1992).

No acervo documental mencionado previamente, organizado por um dos estudantes de direito da USP que compuseram a “Embaixada Universitária Paulista” que visitou a nova capital de Goiás (em construção), em 1938, a convite do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira⁴, podemos observar algumas representações compartilhadas entre certos jornais paulistas de maior circulação. O acervo foi dividido, após tratamento arquivístico e digitalização, em três séries: 1) CPMB – Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes, 2) IMB – Inauguração do Monumento aos Bandeirantes, 3) VEUP – Viagem da Embaixada Universitária Paulista. Na primeira, há cinco sub-séries: solicitação e concessão de auxílio financeiro; prestação de serviços para a construção do monumento; finanças e contabilidade; eventos promovidos; diversos. Na segunda, duas sub-séries: cerimônia de inauguração; Goiânia, a comissão e o monumento. Na terceira: viagem a Goiás; regresso a São Paulo. Essas sub-séries subdividem-se ainda em dossiês específicos, mas para efeito dos resultados aqui desejados, apenas os abordaremos quando convier à análise de algum documento desejado.

Etimologicamente, a palavra documento, do latim *documentum*, deriva de *docere* (ensinar) e está relacionada à noção de testemunho, de algo que ensina a alguém alguma coisa. Porém, essa produção documental não é natural, sendo, em certo sentido, forjada pelos grupos de interesse que nela investiram: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (LEGOFF, 1996, p. 545). Assim, o documento não traduziria um fato histórico em si mesmo, devendo ser indagado, analisado, questionado, criticado, a fim de arrancar suas máscaras e buscar a *verdade* histórica para além das datas, personagens, eventos etc. Esta perspectiva vai ao encontro da afirmação de Foucault (1987, p. 8) de que os problemas da História, enquanto ciência, em síntese, consistem no “questionar o documento”, diferentemente da escola positivista que via no documento a prova suficiente do fato histórico (LEGOFF, 1996).

Vale lembrar ainda que a construção de uma memória implica em relações de poder, uma vez que:

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles *resultam de uma montagem* não só da sociedade que os produz, como também das sociedades onde continuaram a viver,

4 Coleção BAND, Série 3 - VEUP, sub-série 1 – “Viagem a Goiás”, Dossiê 1 – “Anúncios da viagem”, Item 3: Jornal “Folha da manhã”, São Paulo, 1938.

chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir (GONDAR, 2016, p. 19, grifo nosso).

Essa montagem revela as seleções, as escolhas, as “relações de força” (GINZBURG apud RODRIGUES, 2016) que permeiam a existência dos documentos. Essas relações de força, de poder, existem não somente na criação dos documentos, mas também em sua guarda, e constituem elementos fundamentais para a compreensão do próprio documento. Nesse sentido, os documentos também conteriam certa *polivocalidade* (CORREA, 2005).

A ideia de construção do Monumento ao Bandeirante, em Goiânia, evidentemente, não surge do próprio Bartolomeu ou de seus familiares, mas de certos agentes que, de alguma maneira, se reconheciam em seu legado e se identificavam com ele. Além disso, objetivavam manter-se na memória local da cidade, enquanto pioneiros de uma história que ainda se escrevia. Quem são esses agentes e como identificá-los? O que pensavam e quais seus interesses? O acervo documental supracitado poderá fornecer dados para essas perguntas. Esses documentos foram doados pela família Cunha Bueno e colocados como arquivo de origem da cidade desde 1987, quando passou a consistir em patrimônio da Universidade Federal de Goiás, com ato solene de doação figurado na Faculdade de Direito da UFG. É importante não esquecer que:

A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. *Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro: querem ser recordados e, para esse fim, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, eternizadas em monumentos e arquivadas* (TEDESCO, 2004, p. 79, grifo nosso).

O Monumento nos documentos: as representações do Bandeirante

Nos documentos analisados, os bandeirantes são colocados como “descobridores” do Brasil Central. As aspas se justificam tendo em vista que ali já existiam indígenas, quilombolas, camponeses e formas de vidas particulares que foram em geral desconsideradas pela narrativa histórica hegemônica, que partia de uma visão eurocêntrica de descobrimento via contato com a Coroa Portuguesa. Entre os nomes citados nos documentos como bandeirantes, cujos perfis analisaremos em seguida, encontram-se: Anhanguera, Fernão Dias Paes Leme, Hermano Ribeiro da Silva, Martim Affonso de Souza, João Ramalho, Tibiriçá, Affonso Sardinha,

Domingos Jorge Velho, pe. Antonio Raposo Tavares, Luis Pedroso de Barros, Francisco Pedroso Xavier, entre outros.

Alguns discursos que promoveram o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia evocam estes bandeirantes. O dr. José Torres de Oliveira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, durante a semana pró-monumento, que durou em 19 e 23 de abril de 1938, na Rádio Bandeirante, disse que Antônio Raposo Tavares foi “o máximo expoente do nosso bandeirismo” e que Affonso Sardinha foi “o primeiro descobridor das minas de ouro”. Além deles, chama Paschoal Moreira Cabral de “fundador de Mato Grosso”; Fernão Dias Paes Leme aparece como o “caçador de esmeraldas”; Domingos de Brito Peixoto e seus filhos Francisco e Sebastião como “fundadores de Laguna, em Santa Catharina, que irradiaram para o Rio Grande do Sul”⁵.

Outro documento chega a dizer que Couto Magalhães “foi o primeiro a promover a navegação fluvial do Araguaya”⁶, ignorando o fato de indígenas já possuírem essa técnica antes mesmo da chegada dos bandeirantes. Até porque “a existência do bandeirismo (...) é reconhecida pela Coroa já no período colonial, sendo associada à captura de indígenas, tendo em vista a sua escravização” (SOUZA, 2007, p. 153).

Um ofício escrito por Affonso Taunay, historiador e diretor do Museu Paulista à época, para a Comissão da Campanha pró-monumento⁷, diz sobre alguns bandeirantes que não poderiam faltar na construção do monumento, dado a sua importância para a formação da nação:

Recebi o honroso officio de V. Exa. agradecendo o communicado que me fez da inclusão do meu nome na Commissão de honra dos trabalhos da sua Campanha. Com prazer indico a V. Exa. alguns nomes de grandes sertanistas que não pódem ser olvidados nas placas votivas do projectado monumento. O mais notavel de todos é o de Bartholomeu Bueno da Silva, segundo deste appellido e alcunhado, como seu pae já o fôra, Anhanguera. Convem lembrar, pois, os nomes de ambos os Anhangueras. Na primeira plana destes sertanistas figuram varios nomes do maior relevo, como sejam: Bartholomeu Paes de Abreu; João Leite da Silva Ortiz; Domingos Rodrigues do Prado; Sebastião Paes de Barros; Paschoal Paes de Araujo; padre Antonio Raposo; Antonio Pires de Campos, etc. Conviria lembrar ainda outros sertanistas não tão notaveis quanto

⁵ Coleção BAND, Série 1 – CPMB, Subsérie 4 – “Eventos promovidos”, Dossiê 1 – “Conferências, palestras, discursos e homenagens”, Item 29: Recorte de jornal “O Estado de S. Paulo”, São Paulo, 1938.

⁶ Coleção BAND, Série 1 – CPMB, Subsérie 4 – “Eventos promovidos”, Dossiê 1 – “Conferências, palestras, discursos e homenagens”, Item 9: Recorte de jornal “Folha da Manhã”, São Paulo, 1938.

⁷ Coleção BAND, Série 1 – CPMB, Subsérie 5 – “Diversos”, Dossiê 2 - “Artigos e opinião, manifestos e outros”, Item 5, 6, 7 e 8: Recorte de jornal “Correio Paulistano”, “A Gazeta”, “O Estado de S. Paulo”, “Diário Popular”, São Paulo, 1938.

estes, mas assim mesmo de grande relevo, como sejam: Bartholomeu Bueno do Prado; João Godoy Pinto da Silveira; Amaro Leite; Sebastião Marinho, etc. O melhor é que v. exa. se entenda verbalmente commigo, porque me é necessario saber quaes as proporções do projectado monumento. Aproveito o ensejo para apresentar-lhe os protestos de meu alto apreço. - (a) Affonso Taunay.

Anhanguera, o filho, o segundo, foi construído como o mito fundador do Estado de Goiás. Essa construção é vista no Hino do Estado de Goiás⁸, na Bandeira de Goiânia, no bandeirante homenageado na estátua aqui estudada, na avenida Anhanguera em Goiânia, cruzamento onde se encontra a estátua. Quadros (2015), no entanto, aponta controvérsias em torno dessa história. Teria Anhanguera descoberto o ouro em Goiás, teria “descoberto Goiás”?

Para ele, as versões hegemônicas na historiografia goiana afirmam que sim e colocam Bartolomeu Bueno da Silva, filho, na condição de fundador de Vila Boa, antigo Arraial de Sant’Anna, antiga capital de Goiás, ainda que alguns documentos analisados por ele tragam questionamentos com relação a esta afirmação, como, por exemplo, o fato de que a primeira vila criada em Goiás foi erguida contra a vontade de Anhanguera.

Essa construção retoma, então, aspectos mitológicos e, portanto, “a transformação na imagem do segundo Anhanguera demonstrada através da historiografia converge com os estudos linguísticos das narrativas míticas e folclóricas” (QUADROS, 2015, p. 11). Anhanguera surge como o mito de origem do Estado, sendo realocado na nova capital. Uma hipótese para a escolha deste personagem é que o conjunto mineração, expansão territorial, fronteira e patriotismo fez com que agentes do séc. XX buscassem no séc. XVIII seu personagem de identificação e honra. Além disso, o fato dos bandeirantes serem paulistas foi primordial para o enaltecer deste personagem.

Nos documentos por nós analisados, a vertente da história oficial é ancorada na correnteza das narrativas. Enzo da Silveira, representante dos Institutos Histórico e Geographico de Santos e São Paulo, em 27 de abril de 1938, responde, na Rádio Bandeirante, quem foi este Anhanguera, “que nos sertões (...) ameava com o fogo as florestas opulentas e seculares e os rios caudalosos e encaichoerados?”:

Naquelle anno de 1632, Bartholomeu Bueno da Silva, o ‘Anhanguera’, descobriu Goyaz, attingindo em seguida o Araguaya, onde se encontrou com Antonio Pires de Campos

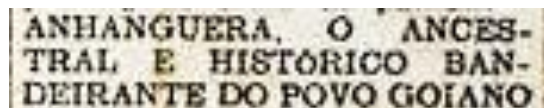
8 "No coração do Brasil / domínio da primavera / se estende a terra goiana / que nos legou Anhanguera // O bandeirante atrevido / desbravador do sertão (...)" (QUADROS, 2015)

que, acabando de descobrir Cuyabá, tinha entrado com uma expedição até aquem do rio das Mortes, da conquista dos índios Araés e no descobrimento de ouro.⁹

Bartolomeu Bueno da Silva, os Anhanguera, “pae e filho”, são colocados como “fundadores de Goyaz”¹⁰. Ulysses Silveira Guimarães, em seu discurso sobre o Anhanguera, cujo tema era “Anhanguera, ancestral bandeirante da gente goiana”¹¹, na sessão de encerramento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes, traça um perfil de Bartolomeu, “o fundador de Goiaz”¹²:

O conferencista, dotado de belos recursos oratórios, começou a analisar o ambiente social e histórico de São Paulo do século XVIII para situar a façanha do segundo Bartolomeu Bueno da Silva, que partiu do burgo anchietano em 30 de junho de 1722 para os campos dos Guaianazes. O trabalho desenvolvido pelo orador causou boa impressão no seio da sociedade de Goiania.¹³

Figura 2 – Recorte de jornal. Fonte: Coleção BAND, Série 2 - IMB, Subsérie 1 – Cerimônia de inauguração”, Dossiê 3 – “Homenagens e discursos”, Item 14.



E continua:

De São Paulo, rumo aos sertões desconhecidos, partiram, nos primórdios da nacionalidade, os bandeirantes, (...) que, no seu intuito de desbravar as riquezas da terra ainda virgem, realizaram a maior obra de brasilidade – a da extensão geográfica e da delimitação das fronteiras pátrias. E, em sua entrada pelas terras de Goiaz, uma das bandeiras, a que tinha como chefe Anhanguera – o Diabo Velho – seduzida pelo marulhar dolente das águas do rio Vermelho, resolveu acampar ao pé da Serra Dourada. Modesta cruz de madeira foi levantada e rudes choças foram surgindo ao seu redor, enquanto os batedores do sertão plantaram suas roças, buscando munirem-se dos alimentos necessários para as futuras penetrações. E o rústico acampamento

⁹ Coleção BAND, Série 1 – CPMB, Subsérie 4 – “Eventos promovidos”, Dossiê 1 – “Conferências, palestras, discursos e homenagens”, Item 180: Recorte de jornal “[?]”, [?], 1938.

¹⁰ Coleção BAND, Série 1 – CPMB, Subsérie 4 – “Eventos promovidos”, Dossiê 1 – “Conferências, palestras, discursos e homenagens”, Item 29: Recorte de jornal “O Estado de S. Paulo”, São Paulo, 1938.

¹¹ Coleção BAND, Série 2 - IMB, Subsérie 1 – “Cerimônia de inauguração”, Dossiê 3 – “Homenagens e discursos”, Item 10: Recorte de jornal “[?]”, [?], 1942.

¹² Coleção BAND, Série 2 - IMB, Subsérie 1 – “Cerimônia de inauguração”, Dossiê 2 - Anúncios da inauguração, Item 1: Recorte de jornal “[?]”, [?], 1942.

¹³ Coleção BAND, Série 2 - IMB, Subsérie 1 – “Cerimônia de inauguração”, Dossiê 3 – “Homenagens e discursos”, Item 12: Recorte de jornal “[?]”, [?], 1942.

tornou-se, com o decorrer dos tempos, capital da Província, e, depois, Estado de Goiaz. (Coleção BAND..., 1942, grifos nossos).¹⁴

Essa fala, de Ulysses Guimarães, legitima a história oficial criticada por Quadros (2015) de que teria Anhanguera fundado o Arraial de Sant'Anna, que se converteria em Vila Boa, capital do Estado de Goiaz até o surgimento de Goiânia. Além disso, vemos nela o vínculo construído entre os bandeirantes e a nacionalidade, a brasilidade, o patriotismo presente na expansão territorial e na conquista das fronteiras externas e internas do Brasil Central, uma realizada pelo bandeirante colonial, dos séculos XVII e XVIII, e a outra pelo bandeirante moderno do século XX.

Os bandeirantes representam um conflito com as fronteiras externas, onde o “outro” aparece como outros países, de um período colonial, tradicional, ao passo que os agentes da elite paulistana, responsável pelo erguimento do Monumento aos Bandeirantes, reivindicam-no como símbolo do “desbravamento” das fronteiras internas nacionais, onde o “outro” aparece como indígenas, natureza, em estado de selvageria e primitivismo

Essas elites paulistanas reinterpretam, portanto, a figura do bandeirante e a (re)contextualizam ao começo do séc. XX, vendo-se a si mesmos como novos bandeirantes, dessa vez da integração regional, movidos pelo motor da indústria, da modernidade, da ciência, seguindo pela linha do trem até a nova capital.

Os documentos indicam que o monumento foi idealizado pelas elites locais. Attilio Corrêa Lima, o primeiro projetista da nova capital goiana, mencionou, em seu relatório urbanístico, a possibilidade de criação do monumento, indicando inclusive sua localização:

No cruzamento dos eixos das Pedro Ludovico, Araguaia, Tocantins, 10, 26, 34 e 35, deverá ser erigido futuramente um *monumento comemorativo* das bandeiras, descobertas, e das riquezas do Estado, figurando como *homenagem* principal a figura de Anhanguera (LIMA, 1979, p. 142, grifos nossos).

¹⁴ Coleção BAND, Série 2 - IMB, Subsérie 1 – “Cerimônia de inauguração”, Dossiê 3 – “Homenagens e discursos”, Item 5: Recorte de jornal “[?]”, [?], 1942.

Figura 3 – A estátua no ano da inauguração, 1942. Série 2 – IMB, Subsérie 2, Dossiê 1, Item 4
/ Fonte: Acervo documental “Coleção BAND”, CIDARQ-UFG



Na série CPMB, podemos extrair outras evidências históricas de intenções políticas que motivaram a construção do monumento. Apesar da pretensão já visualizada no plano urbanístico de Goiânia (1933-35), de Attilio Correa Lima, foi somente alguns anos depois que essa ideia tomou a forma de bronze, “perpetuando em pleno coração do Brasil a gloriosa epopeia dos bandeirantes”, como datado no documento da série IMB¹⁵. Outra reportagem¹⁶ havia se referido de maneira semelhante na campanha pró-monumento, que durou de 1938 até o ano de inauguração 1942: “glorificação aos bandeirantes no coração geographico do Brasil”. Essa mesma reportagem reitera ainda a colaboração da Prefeitura e do Instituto Histórico e Geográfico.

Em 1942, ano do batismo cultural da cidade, o escultor e professor Armando Zago é contratado para construir a estátua do bandeirante, inaugurada no mesmo ano. Nesse contexto, é válido notar que:

Os monumentos, com algumas exceções, geralmente representam a memória das elites de uma determinada sociedade. (...) também nos relevam as disputas simbólicas e os grupos que disputam esse *poder simbólico* (...); revela-nos quais memórias são rememoradas (dos ‘vencedores’) e quais são esquecidas (dos ‘vencidos’); revela-nos

15 Coleção BAND, Série IMB, sub-série 1 – “Cerimônia de inauguração”, Dossiê 2 – Anúncios da inauguração, Item 1: Recorte de jornal “[?]”, [?], 1942.

16 Coleção BAND, Série CPMB, sub-série 1 – Solicitação e concessão de auxílio financeiro, Dossiê 1 – Concessão de auxílio, Item 8: Recorte de jornal “O diário”, Santos, 1938.

quais grupos integram a 'história oficial' e quais são 'excluídos da história'. (BATISTELLA, 2014, p. 155, grifos nossos)

O monumento serviu de inspiração para a literatura folclórica regional (LACERDA, 1981), pinturas e peças teatrais, músicas etc., ou seja, para a produção cultural de modo geral. Além disso, a *história oficial* de Goiás e sua nova capital ensinada nos livros didáticos, nas escolas e universidades, cobrada em exames de seleção, tem a figura dos bandeirantes como pioneiros, como verdadeiros colonos do interior, do sertão, brasileiro. A estátua parece cumprir ainda um *efeito-profecia*, como se o destino goiano tivesse de cruzar o paulista, seu espelho de modernidade, uma vez que sua origem coincide com as bandeiras dos primeiros povoados.

O monumento como patrimônio: da defesa à contestação

Em certo sentido, a relação entre passado, história e memória parece óbvia. Mas ao perceber que apenas podemos concebê-la através de arquivos, documentos, objetos, registros (escritos ou não), entre outros, torna-se evidente a importância de se reconhecer patrimônios culturais aqueles elementos constitutivos do lugar e do povo. É nesse sentido que o tombamento e as requalificações e políticas de preservação caracterizam práticas contemporâneas eficazes de manutenção de uma memória coletiva, de uma consciência histórica.

Tombada em patrimônio histórico pela prefeitura de Goiânia em 1991, é curioso observar, como contraponto, que a revitalização da estátua ao bandeirante, realizada em 2001, juntamente com a revitalização da avenida Goiás (antiga avenida Pedro Ludovico), contrasta com a restauração nunca feita do Monumento ao Trabalhador, antes localizado na antiga estação ferroviária de Goiânia. A praça do trabalhador, “uma estranha homenagem aos verdadeiros construtores da cidade” (DIAS, 2016), foi reinaugurada recentemente, porém, o monumento ao trabalhador que ali existia fora completamente destruído.

Borges (2017) afirma que os monumentos públicos são erguidos sustentando a tônica dos vencedores sob a égide de esquecimentos induzidos. Ao acrescentar o potencial de coesão social dos monumentos, decorrente do poder simbólico, com “intencionalidades especificamente políticas incrustadas” neles (BORGES, 2017, p. 352), o sociólogo descortina a história da destruição do Monumento ao Trabalhador no contexto de ditadura militar, funcionando como uma “memória impedida” (RICOEUR apud BORGES, 2017).

Como a cidade é dinâmica, da inauguração de Goiânia e da estátua até os dias atuais, muitas transformações acompanharam a Praça do Bandeirante (oficialmente Praça Atilio Correa Lima) e seus arredores, no cruzamento das Avenidas Anhanguera e Goiás, tanto no que se refere à espacialidade-temporal, concreta, material, prático-sensível (LEFEBVRE, 2016), dos edifícios e avenidas, das praças e ruas, quanto às narrativas e simbologias em torno daquele espaço e do Anhanguera. Logo, podemos visualizar transformações a nível espacial e simbólico. A mais visível transformação espacial foi a eliminação da Praça, cedendo lugar aos corredores viários, de transporte público e privado, no final dos anos 1970, com a construção do BRT Leste-Oeste, Eixo Anhanguera, e a ampliação das vias de tráfego. A partir deste momento, a Estátua passa a ficar ilhada entre os fluxos de automóveis e ônibus coletivos, inacessível aos pedestres.

A Avenida Goiás manteve-se como o eixo cívico-monumental entre a Estação Ferroviária, recém-inaugurada, em 2019, após revitalização, e o Palácio de Governo (BORGES, 2017), entremeada por construções da *Art déco*, tais como o Relógio e os edifícios da Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (comumente conhecida como Praça Cívica), reinaugurada em 2015, onde se localiza o Palácio. Todavia, atualmente, avenida Goiás sofre alterações para acomodar o BRT Norte-Sul em construção na capital. Essa linha cruzará o Monumento aos Bandeirantes e, por isso, espera-se novas alterações e novo destino à estátua.

Figura 4 - Fogo no Anhanguera", [20--]. Fonte: Autor desconhecido



Sobre as transformações simbólicas, os novos usos e apropriações dos monumentos, é válido dizer que as lutas por representações, as disputas simbólicas, ideológicas, envolvem a construção dos espaços (de memória), produzindo uma “guerra de lugares” (ARANTES, 2000) entre os grupos de interesse diferentemente posicionados na estrutura social e em suas relações frente ao poder público. A coexistência de diferentes gerações, tradições, com vistas a preservação ou transformação e reestruturação do espaço urbano e social compõe este cenário de disputas materiais e simbólicas. É a modernidade que inaugura a necessidade de criação desses “lugares de memória” (NORA, 1993), tais como os monumentos, os museus, a fim de delimitar uma história e, principalmente, um sentido de futuro, de destino, de devir (CHOAY, 2017).

No entanto, no que se refere à figura dos Bandeirantes, à experiência das bandeiras, ao *Anhanguera*, à (mais recente) Marcha para o Oeste, as contradições presentes na imagem desta personagem variam de uma construção heroica, mítica, de desbravadores corajosos, nobres conquistadores de terras, à tenebrosa captura, comércio, escravização e abuso físico, sexual, de negras/os e povos indígenas, destruição de quilombos, ambição desmedida por metais preciosos, exploração ambiental etc. Alguns grupos sociais, tais como movimentos indígenas, movimentos estudantis, realizam intervenções nos monumentos, como pichações, manifestações e protestos, questionando a relevância dos mesmos para a memória coletiva da cidade.

Figura 5 - Pixos e colagens no pedestal da estátua. Fonte: Acervo pessoal (2019)



A memória coletiva, do ponto de vista de Halbwachs (1990), atua no sentido da coesão social. Em oposição a este consenso coesivo, a perspectiva do conflito é introduzida por Pollak (1989) em seus estudos sobre a memória, o esquecimento e a identidade. Para ele, a memória coletiva é coercitiva, trata de passados homogêneos transmitidos na forma de uma memória oficial, que mantém no patamar do esquecimento, do silêncio, as memórias subterrâneas, em geral sobrevivências de culturas minoritárias e dominadas.

Essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa (POLLAK, 1989, p. 2).

A *plurivocalidade* de um monumento (CORREA, 2007) pode ser observada diretamente em atos de celebração ou contestação de seus significados que permitem capturar seu sentido propriamente político. Os monumentos possibilitam leituras distintas a partir de um mesmo objeto material esteticamente concebido.

Desse modo, como é possível observar nas figuras 4 e 5, os sentidos originais atribuídos à estátua do bandeirante são questionados por outros grupos étnicos, sociais e urbanos, contrários às representações dominantes que consideram o personagem digno de homenagem e perpetuação imortal no espaço urbano. Esses questionamentos são encontrados na forma de pichações, pixos, colagens, tintas que buscam sobrescrever as inscrições originais do monumento, incluindo sua placa celebrativa: “Aos *goyanos, nobre estirpe dos bandeirantes*”, assinada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da USP.

Mais do que ornamentações decorativas ou objetos estéticos, os monumentos intencionais, construídos e expostos nas praças e parques das cidades, possuem intenções simbólicas e políticas específicas de seus idealizadores e apoiadores, que podem versar sobre comemorações de eventos e/ou personagens históricos, artísticos, culturais ou científicos. No caso do Monumento aos bandeirantes erigido na cidade planejada *ex nihilo* como nova capital do estado de Goiás, notamos como sua idealização e construção teve como atores principais agentes públicos vinculados aos governos e alguns municípios paulista e goiano, bem como escritores, historiadores, diretores de museus, acadêmicos, estudantes e professores.

As ações de protestos contra a PEC 215¹⁷ realizadas no Monumento às Bandeiras, em São Paulo, em 2013, estudadas por Zimovski (2017), nos auxilia a pensar os protestos lançados ao Monumento aos Bandeirantes, em Goiânia. Organizada pelo grupo Pixo Manifesto Escrito, a intervenção na escultura inscreve os dizeres “PEC 215 não” e “bandeirantes assassinos” numa investida de ressignificação simbólica “‘por um ato e pelos discursos’ que este ato motiva” (MOREIRA, 2018, p. 403), manifestando conflitos urbanos. Isso corrobora com o que Borges (2017) chamou de “perda da sacralidade” dos monumentos, que não permanecem cristalizados no passado da história oficial, sofrendo investidas de outras narrativas e ressignificações.

O patrimônio público é tratado como propriedade (do Estado) e a ação do *Pixo* é vista como vandalismo, dano, bestialidade. A autora propõe, porém, pensar o pichador como um artista “no sentido do sujeito que atrapalha, daquele que fez ‘arte’, fez coisa que não devia, provocou, perturbou” (TIBURI apud ZIMOVSKI, 2017, p. 135). Nesse sentido, ações como essa acionam o imaginário urbano em seu inconsciente espacial, no jogo da visualidade e invisibilidade. Assim, “foi apenas nesse momento que esta estátua se tornou um verdadeiro patrimônio público” (MOREIRA, 2018, p. 402).

A nação coesa narrada nos bens patrimoniais esconde conflitos, “disputas pelo controle dos espaços simbólicos” (ZIMOVSKI, 2017, p. 135) e a *pixação* surge como forma de participação, de produção simbólica, fazendo “emergir o que Michael Pollak define como ‘memórias subterrâneas’, que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’” (POLLAK apud ZIMOVSKI, 2017, p. 136). Permite uma revisão da memória a partir do presente, buscando não uma “história verdadeira”, mas uma ampliação da história, de modo a narrá-la de forma mais completa.

¹⁷ Ameaça aos direitos indígenas, essa Proposta de Emenda Constitucional visava transferir ao congresso nacional a decisão sobre a demarcação das terras indígenas.

Figura 6 - Reencontro entre indígenas e bandeirante. Fonte: Acervo pessoal (2019)



A relação entre patrimônio e identidade é estabelecida, pois, os monumentos possuem a capacidade de representação simbólica das identidades, funcionando como uma síntese simbólica de valores, gerando o sentimento de pertencimento e identificação coletiva. O patrimônio “funciona tanto como ferramenta de formação identitárias quanto como instrumento de afirmação e legitimação de grupos sociais” (GONZALEZ, 2014, p. 113, tradução nossa). O patrimônio resulta de uma seleção, análise e interpretação de marcas de estruturas sociais antecedentes, atuando como suportes para a memória coletiva. Nesse sentido, “a construção da memória (e, portanto, do esquecimento) é objeto de uma permanente disputa por parte dos poderes políticos, que ocorre por meio da decisão do que se deve preservar” (Idem, p. 114).

Considerações Finais

Se, de um lado, a história possui uma constante preocupação em responder como os fatos realmente aconteceram, buscando a *veracidade* dos acontecimentos (quem foi o sujeito, quando viveu e o que fazia), a sociologia aparece, de outro lado, preocupada em responder como esse sujeito se representa a si mesmo, seu tempo histórico e meio social, ou como ele é

representado por outros sujeitos e quem são esses outros. Nesse sentido, não nos preocupamos aqui tanto em *questionar os documentos* a ponto de chegar a uma narrativa *verdadeira*, mas em retomar algumas representações feitas por jornalistas e selecionadas no acervo particular de um dos estudantes envolvidos na campanha em favor e na construção do monumento. Assim, por mais enviesada que seja a nossa fonte, buscamos trazer à discussão elementos que poderiam permitir uma reflexão ampliada sobre a construção da memória coletiva local.

Em suma, podemos concluir que certas representações sociais sobre os bandeirantes, no sentido de criar uma memória local, foram forjadas por grupos dominantes (elites político-econômicas goianas e paulistas) nas décadas que precederam o surgimento da nova capital goiana e seu batismo cultural: anos 1930 e 1940. As representações dos bandeirantes paulistas são, nesse sentido, formuladas como heróis desbravadores, corajosos, destemidos, impetuosos, “deuses de gibão e couro”; como uma “raça de gigantes”, com sede de glória; que merece a gratidão de Piratininga e do Brasil, por ter expandido e demarcado suas fronteiras, com uma predestinação histórica para o heroísmo dos grandes feitos.

Essas representações foram construídas pelos intelectuais e acadêmicos que proferiram conferências e palestras ao longo da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Firmaram entre si uma mesma linha representativa dos bandeirantes, que seguia uma história nacional mais ou menos homogênea: da conquista das terras do Brasil Central pelos bandeirantes. Por seu fim temeroso e dramático, necessitavam ser glorificados no bronze. Mas não somente por isso, não somente por morrer em plena luta ou morrer pobre e desiludido, e sim, fundamentalmente, por acionarem aquilo que os acadêmicos necessitavam: a imagem paulista fundida num herói desbravador.

Não um herói tradicional, do período colonial, mas, como vimos com os documentos, um herói moderno, do século XX, paulista dos trilhos de ferro, da ciência, dos minérios de níquel para o desenvolvimento capitalista e industrial, para o trabalho assalariado, para postos no governo e na burocracia estatal, do bacharelismo tecnocrático.

Vimos como os discursos dessas autoridades intelectuais e/ou sacrais se referem aos bandeirantes como construtores da nacionalidade, no que diz respeito ao patriotismo evocado na homenagem via monumento. Também vimos como esses discursos evocam a ação bandeirista nas disputas pelas riquezas do sertão. Pela ação pioneira na mistura das raças e

na mestiçagem tipicamente brasileira, tendo originado o que há de mais genuinamente brasileiro, a partir da expansão territorial, que teria partido de Piratininga, berço da civilização brasileira. Vimos ainda o papel preponderante dos meios de comunicação, em especial dos jornais e do rádio, nesse momento de difusão de ideias.

Há, portanto, uma nítida exaltação dos paulistas nos documentos, uma vez que os bandeirantes são, antes de tudo, bandeirantes paulistas. Ao conduzirem uma homenagem aos bandeirantes em território goiano, eles conduzem sobretudo uma homenagem a si mesmos, expandindo-se para além do território paulista, adentrando e “colonizando” novas terras. Ao serem recebidos, convidados, os goianos exaltam essa figura e se abrem para ela, porque precisam dela, porque a desejam em seu território.

Todavia, essas representações em torno do Monumento ao Bandeirante alcançam dimensões temporais que ultrapassam as primeiras décadas da capital, sendo contestadas ou defendidas ao longo dos anos e até hoje. Ao longo da história de Goiânia, a praça do bandeirante, que sustenta o monumento, foi cenário de protestos e manifestações sociais de grupos político-ideológicos diversos. Essa característica permanece na praça: ela é o *locus* de manifestações políticas. Mesmo após a redução de seu espaço desde a reforma do BRT Eixo Anhanguera, que transformou a avenida Anhanguera no corredor principal desse transporte coletivo, a praça não perdeu sua força política. Alguns manifestantes mais radicais, simbolicamente, ateiam fogo, realizam intervenções ou inscrevem pichações na estátua, ao passo que elites locais e grupos conservadores defendem sua importância para “recordar a história do meu estado”. Exemplos como estes, contraditórios entre si, expõem as sutis diferenças encontradas nas representações sociais, coletivas e históricas, que tecem símbolos identitários a partir da conservação ou do rompimento de certas tradições. Logo, a transmissão da história, em exaltações ou silenciamentos, ecoa conflitos de grupos de interesses; em suma, conflitos políticos.

Referências

ARANTES, Antônio Augusto. ***Paisagens paulistanas – transformações do espaço público***. São Paulo: Ed Unicamp, 2000.

ARRAIS, Cristiano. Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia, **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 181-193, jul.-dez. 2010.

BARREIRA, Aluízio; DEUS, João de. Goiânia - da utopia à construção do lugar. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, n. 1, jan./jun., p. 69-91, 2006.

BATISTELLA, Alessandro. Patrimônio e representações: o significado dos monumentos em Passo Fundo (RS). **Cadernos do CEOM – Histórias Locais e Imaginário Social**, v. 27, n. 40, p. 145-174, 2014.

BORGES, Pedro. Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória - Monumento ao Trabalhador em Goiânia. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 345-370, 2017.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Goiânia: a capital do sertão. *Revista UFG*, Ano XI, n. 6, jun., p. 100-110, 2009.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

Coleção BAND – **Coleção Monumento aos Bandeirantes**. Disponível em: < <https://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/monumento-aos-bandeirantes> >

CORREIA, Roberto. Monumentos, política e espaço. *Geo Crítica / Scripta Nova*. **Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 183, 2005.

_____. Uma sistematização da análise de monumentos na geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 1(1):9-22, jan.-jul., 2007.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

DIAS, Elder. Goiânia e sua (falta de) memória: a saga para reconstruir o Monumento ao Trabalhador. **Jornal Opção**, Goiânia, 01 Maio 2016. Reportagens.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GODOY, Armando Augusto de. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera et al. Por que memória social? **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GONZÁLEZ, César. Monumentos del centenario en México y Argentina. **Acta Poetica**, v. 35, n. 1, enero-junio, p. 93-115, 2014.

LACERDA, Regina. **Histórias que o homem de bronze contou**. Goiânia: Saraiva, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

LIMA, Atílio Corrêa. Relatório do Plano Urbanístico de Goiânia. In: MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia - uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar**. Prefeitura de Goiânia - Incentivo à Cultura, Goiânia, 2001.

MOREIRA, Corina. Entre monumentos e bandeiras: o patrimônio como operador de leitura. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 401-415, jul-dez, 2018.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004.

NORA, Pierre. Os lugares de Memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

QUADROS, Eduardo. Anhanguera: o mito fundador de Goiás. In: LEMES, Fernando Lobo. **Territórios da História**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015, p.19-45

RODRIGUES, Karla. Um filho para a pátria: **A construção da memória em torno de general Tibúrcio e da escrita da escrita do Ceará (1887-1937)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza: UFC, 2016.

SABINO JUNIOR, Oscar. **Goiânia documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração.** Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

UHLE, Ana. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, v. 23. n. 2, p. 139-163. jul.- dez., 2015.

UNES, Wolney. O esforço de interiorização do país e a construção de Goiânia. **História Revista**, v; 3, n. 1-2, 1998.

ZIMOVSKI, Aduany. Bandeirantes Assassinos: Representação e invisibilidade. **Revista Píxo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 1, n. 1, 2017.